

Construção de normas para a avicultura orgânica e inserção da agricultura familiar no mercado de ovos orgânicos: uma análise a partir do caso de agricultores de Santa Rosa de Lima, SC¹.

Marcia Neves Guelber Sales²

Resumo

Neste trabalho discute-se a normatização/certificação dos produtos da avicultura orgânica, a partir das justificativas técnicas que embasam as normas de produção. Essa discussão é feita à luz da experiência de agricultores familiares de Santa Catarina, Brasil, envolvidos com a uma agroindústria de ovos em sistema orgânico. As análises resultam de uma pesquisa participativa com o grupo de agricultores, da revisão dos princípios da agricultura orgânica e das atuais normas para a criação orgânica de galinhas. Examinam-se os entraves para a implantação deste projeto, que mostra certa incompatibilidade com as especificidades da agroecologia e as particularidades da agricultura familiar. Discute-se, a partir do caso, as deficiências das normas e as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar para o seu cumprimento. Conclui-se, contudo, que a certificação é um mecanismo necessário em mercados de circuito longo para a proteção dos consumidores e dos próprios agricultores familiares. Não obstante, julga-se fundamental que a regulamentação de normas se paute cada vez mais em princípios conhecidos e discutidos entre todos os atores envolvidos. Aponta-se, ao mesmo tempo, para a necessidade de estabelecer mecanismos de aproximação entre agricultores e consumidores, para o desenvolvimento de formas alternativas de mercado e de sistemas de certificação participativa.

Abstract

Title: Defining rules for organic poultry production and small farmers sharing of organic eggs market: the case of small farmers from Santa Rosa de Lima, SC

This paper discusses rules and certification procedures for poultry organic products based on technical issues and the experience of small farmers from Santa Catarina, Brazil, a group that has been implementing a project for production and packing of organic eggs. The results of a participatory appraisal carried out in Santa Rosa de Lima, a review of different approaches applied to organic production, and rules applied to poultry production were considered during the analysis. The results pointed out some constraints to implement the proposal, indicating some incompatibility between the project and the particularities of agroecology and family agriculture. Based on the Santa Rosa de Lima experience, failures in the regulatory system and its application by small farmers were discussed. However, the study indicated that certification is an essential tool to protect consumers and farmers in extended chain markets. Nevertheless, an effective regulatory system depends on the recognition and participation of the different stakeholders. Likewise a closer relationship between consumers and farmers is necessary to diversify market options and to develop participatory certification systems.

Introdução

Com o crescimento da demanda pelo ovo orgânico, aumenta o número de interessados em implantar plantéis comerciais de postura criados em sistema orgânico.

¹ Esta comunicação está baseada na Dissertação de mestrado da autora. A Dissertação, orientada pelos professores José Carlos Fiad Padilha e Wilson Schmidt (ambos do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da UFSC), foi aprovada, em fevereiro de 2001, pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAGR/UFSC).

² Médica Veterinária Homeopata, MSc em Agroecossistemas, Pesquisadora do Incaper. Incaper - CP 62 - Linhares-ES. - 29900-970. Telefax: 27 3371- 0388 E-mail: agrorganica@incaper.es.gov.br

Porém, esta é uma atividade bastante recente, que ainda carece de informações técnicas suficientes para apoiar iniciativas em grande escala. Além disso, se considerarmos que a criação animal depende da produção vegetal para sua alimentação, mais complexa se torna a atividade, quando realizada sob os princípios da agricultura orgânica e numa ótica de escala³.

Atualmente, a avicultura orgânica como atividade comercial vem sendo praticada não só por agricultores orgânicos que ampliaram seus plantéis, mas por empresários e agricultores familiares, atraídos pelas vantagens de comercialização destes produtos. Em relação à agricultura familiar, podemos considerar que a criação extensiva de galinhas, também denominada “colonial” ou “caipira”, sempre foi uma atividade tradicional. Porém, com a modernização da agricultura, muitos agricultores familiares deixaram de criar aves até mesmo para o consumo doméstico.

Com o alongamento dos circuitos comerciais dos produtos orgânicos, surge então o debate sobre a necessidade de uma proteção formal para este mercado. Assim, são criados os aparatos de reconhecimento institucional (normas, selos), dos quais os agricultores dependem para comercializar nestes circuitos.

Esse estudo aborda a normatização/certificação da avicultura orgânica, a partir do caso de um grupo de agricultores de Santa Rosa de Lima, que apesar de afastados dessa atividade, vislumbraram na produção e beneficiamento de ovos em sistema orgânico uma possibilidade de melhoria de vida e de reprodução social⁴.

No primeiro momento, as principais normas aplicadas à avicultura orgânica serão examinadas do ponto de vista de sua justificativa técnica, considerando os princípios norteadores das diversas correntes de agricultura alternativa.

No segundo momento, analisaremos a aplicação dessas normas à realidade dos agricultores familiares, especialmente do grupo estudado, e dentro de um contexto de implantação de uma agroindústria. Exemplificamos a seguir como algumas destas normas foram percebidas e aplicadas pelos agricultores, reflexo das limitações encontradas para o seu cumprimento numa fase de difícil transição.

³ Maurer e Hirt (1999) ressaltam que mesmo os pioneiros na produção orgânica não possuíam essa experiência, pois consideravam as galinhas concorrentes dos seres humanos na utilização de grãos. Assim as propriedades orgânicas desenvolviam a avicultura apenas em pequena escala.

A partir destas análises, apresentamos a importância de rediscutir a normatização/certificação da produção orgânica e apontamos algumas sugestões para que o reconhecimento institucional, que no momento se faz necessário, ocorra sem a exclusão dos agricultores familiares.

1- As normas para a criação de aves em sistema orgânico

Antes mesmo que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA) normatizasse a produção orgânica de alimentos no Brasil, alguns atores da cadeia produtiva dos orgânicos já haviam tomado iniciativas no sentido de acompanhar e certificar processos de produção desse tipo, acompanhando, assim, uma tendência mundial. O principal motivo foi a busca de identificação e diferenciação dos produtos resultantes da produção orgânica nas relações comerciais, o que possibilitava uma certa reserva de mercado e sobrepreços⁵ em relação aos produtos da agricultura convencional.

Com a publicação da Instrução Normativa (IN) - 007 (Brasil,1999a), em 17 de maio de 1999, a necessidade de um reconhecimento institucional fica regulamentada em lei, e são reforçadas as exigências do mercado para que tal mecanismo ocorra na prática.

Como esse é um processo relativamente recente, as normas foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os vários atores envolvidos e, quase sempre, acompanhando as diretrizes e regulamentações internacionais.

Em relação à avicultura orgânica, existem normas mais abrangentes, comuns a qualquer sistema orgânico e poucas normas específicas a essa criação. Tomaremos algumas delas como objeto de exame, procurando avaliar as justificativas para a recomendação ou proibição de certas práticas. No quadro 1 estão resumidas as normas mais relevantes à criação de aves seguidas pela AAO (Associação de Agricultura

⁴ O estudo resulta de uma pesquisa desenvolvida no período de julho de 1999 a setembro de 2000, a qual se orientou pela metodologia da pesquisa-ação participativa (Guelber Sales, 2001, p. 66-71).

⁵ Em levantamento feito com produtores paulistas pelo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa/USP), verificou-se que 48% dos agricultores estão no negócio por causa do preço e mercado promissor. Somente 17% deles escolheram o cultivo orgânico por causa da preservação da natureza e sustentabilidade. (CLAES, 2002).

Orgânica, 1991, 2000) e instituídas pelo Ministério da Agricultura (Brasil, 1999a, 1999b) e pela Comunidade Económica Europeia (Comunidade Económica Europeia, 1999).

Considerando que o principal objetivo da regulamentação da produção orgânica seja o de “assegurar a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentas de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente” (Brasil, 1999a), as normas estarão associadas a um ou outro destes aspectos. Assim, as normas que regulamentam a produção do ovo orgânico levam em conta aspectos do bem-estar das aves, aspectos da conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar, além das exigências e necessidades dos consumidores.

As práticas que garantem o bem-estar estão fundamentadas principalmente nos conhecimentos de etologia animal aplicada, a qual funciona como uma espécie de moderadora das intervenções propostas pela “zootecnia moderna”. Considerando que pouco se produziu em termos de tecnologias apropriadas a uma “zootecnia orgânica”, assegurar a incorporação dos conhecimentos de etologia na criação das aves é uma forma de garantir o respeito pelos animais, como parte do ambiente que se quer proteger e conservar.

Antes de começarmos a destacar algumas normas para exame, é importante ressaltar que esta análise fundamenta-se numa revisão de autores diversos e das orientações, princípios e práticas oriundas principalmente da agricultura natural (Fukuoka, 1995) e permacultura (Mollison e Slay, 1998; Lee e Foreman, 2000) e em fundamentos de etologia aplicada (Kilgour e Dalton, 1984)⁶.

Do ponto de vista técnico, devemos admitir que a norma simplifica o que pode ser muito complexo. Em se tratando de sistemas orgânicos de produção animal, sobretudo de monogástricos, esta complexidade remete a vários domínios da ciência agronômica e veterinária, agora vistos sob uma nova ótica, em muitos aspectos, antagônica aos padrões estabelecidos na produção avícola moderna.

Considerando que este padrão industrial vem sendo construído há mais de um século, reconhece-se que a base científica e tecnológica que sustenta as normas de produção

⁶ Aponta-se a dificuldade de encontrar referências na literatura nacional. A revisão desses fundamentos encontra-se em Guelber Sales (2001, p. 7-39).

orgânica ainda está se fazendo. Portanto, quaisquer análises precisam partir do reconhecimento da limitação de informações dos formuladores destas leis.

Quadro 1 - Resumo das principais normas técnicas recomendadas (R), procedimentos tolerados (T) durante a transição e práticas proibidas(P) na produção orgânica de aves

	Associação de Agricultura Orgânica¹	Instrução Normativa 007/MAA/99²	Comunidade Econômica Européia³
Regime de criação	Acesso ao sol, forragem verde, mínimo de 3 h ^b . (R) Regime semi-intensivo com acesso a áreas para exercitar e tomar sol, mínimo de 3 h ^b . (P)	Criação a campo (R) O mesmo adotado em sistemas extensivos, livres ao pastoreio. No mínimo 3 m ² /ave (R)* ⁷	Acesso a parques ao ar livre sempre que as condições meteorológicas o permitam, em um programa de rotação adequado. 4 m ² de superfície disponível em rotação/cabeça (R) Acesso a essas áreas durante pelo menos uma terça parte da vida da ave (T)
Alimentação(I) Princípios	Auto-suficiência alimentar orgânica ^b (R). Mínimo 50 % MS orgânico ^b (Meta – 80% MS) (R) Alimentação exclusiva à base de ração comercial. ^a (P)	Auto-suficiência alimentar orgânica. (R)	Alimentos produzidos segundo o modo de produção biológico e preferência para alimentos da unidade (R) Máximo de 20% de alimentos convencionais por ano (T)
Alimentação(II) Métodos	Base: leguminosas, leite desnatado, minhocas e forragem verde. ^a (R)	Exclusiva com dietas de origem vegetal. (R)*	Adição de forragens grosseiras, frescas, secas ou ensiladas à ração. (R) Permite a utilização de derivados de leite e de pescados (T)
Sanidade (I) Princípios	Baseados em práticas criatórias e de higiene adequadas, e em alimentação equilibrada ^a . (R)	Baseados na higiene e medidas preventivas (R)	Ação preventiva através de seleção genética, adequação de práticas, nutrição e condições para o bem-estar (R)
Sanidade (II) Métodos	Emprego de homeopatia, fitoterapia e outras alternativas (R) Uso de antibióticos e coccidiostáticos sintéticos (P) Em caso de emprego, comunicação em 48 h. Carência a critério do inspetor ^b (T)	Homeopatia, fitoterapia e acupuntura (R) Medicamentos convencionais para garantir a saúde e em caso de risco de vida (T). Comunicação à certificadora e o período de carência deve ser multiplicado pelo fator três (T)	Emprego de homeopatia, fitoterapia e outros não alopáticos (R) Medicamentos veterinários alopáticos de síntese química e antibióticos nos tratamentos preventivos (P) Em caso de emprego, o período de carência deve ser o dobro (T)

⁷ Estas normas marcadas por * constam do OF/DOI/DIPOA - 008/99 - MAA (Brasil, 1999b), que regulamenta a produção de ovos “caipira”. Elas foram apresentadas junto com as normas de produção orgânica no sentido de agregar informações sobre aspectos que poderão influenciar posteriormente na regulamentação da Instrução Normativa para a produção orgânica.

Raças	Espécies e raças adaptadas, visando produtividade, rusticidade e resistência (R)	Raças, cruzamentos e melhoramento genéticos compatíveis com as condições ambientais e como estímulo à biodiversidade (R)	
Iluminação	Iluminação natural ^a (R) Iluminação artificial para indução da postura ^a (P)	Iluminação artificial no local de postura (P)*	Período de repouso noturno contínuo sem luz artificial de pelo menos 8 horas (R)
Tamanho dos lotes	Máximo de 200 aves ^a (R)		Máximo de 3000 galinhas poedeiras por instalação (R)
Área interior	Densidade máxima de 7 aves/m ² ^b (R)		6 aves/m ² (superfície líquida disponível) (R)
OGM – transgênicos	Proibido uso de sementes, mudas, animais, aditivos, coadjuvantes e outros transgênicos (ogm) ^b	Expressamente proibidos (P)	Expressamente proibidos OGMs, partes ou produtos deles derivados. (P)
Estrume animal			Máximo de 170 Kg N/ano/ha superfície agrícola utilizada (equivalente a 230 poedeiras)
Outras	Seguir princípios da ciência do comportamento animal quanto a espaço, conforto, sanidade e produção de alimentos mais nutritivos (R)	Respeitar o bem-estar animal - ausência de dor e de sofrimento; e condições para a expressão do comportamento natural (R)	Instalações e manejo segundo princípios etológicos (R)

¹Fonte: Associação de Agricultura Orgânica – AAO (1991)^a e AAO (2000)^b

²Fonte: Brasil (1999a)

³Fonte: Comunidade Econômica Européia - CEE (1999)

A primeira norma a ser discutida diz respeito ao regime de criação. O acesso ao **pasto**, embora não muito explicitado, é essencial numa criação ecológica. No entanto, ainda que se mencione (e em algumas delas, também a rotação como condição), apenas o estabelecimento de um limite mínimo de área de pasto por ave, sobretudo nos valores fixados não é suficiente. Isso porque não são considerados nem o tipo de pasto, nem o manejo ou, mesmo, a função das aves no sistema.

O conceito de pasto⁸ pode significar muito neste caso e também a relação que

⁸ O pasto para galinhas consiste da vegetação (plantas de várias espécies e extratos) e dos animais (larvas, insetos, anelídeos, moluscos e outros apreciados pelas aves) que compõem o ambiente de uma pastagem sob manejo racional intensivo, além dos resíduos alimentares das fezes de outras espécies animais, que por ventura estejam a elas associados, em consórcio ou rotação (Guelber Sales, 2001).

se quer estabelecer entre o animal e a pastagem, isto é, a função de cada um. Considerando os princípios do pastoreio racional (Voisin, 1974), a área destinada por animal poderá, certamente, ser mais limitada, desde que não restrinja o seu bem-estar.

Se considerarmos uma situação onde as galinhas funcionarão como tratores e se o nosso interesse estiver também no “trabalho” que elas farão limpando e preparando o solo, esta concentração dependerá de outros fatores como a quantidade de cobertura vegetal presente na área e o tempo ideal para a execução da tarefa. Portanto, o fato - ou dado isolado - de haver menor concentração de aves, não significa que existam melhores condições de bem-estar para o animal, nem que esteja ocorrendo um manejo mais adequado do solo utilizado como pasto⁹.

O segundo ponto a discutir é a alimentação do plantel, onde a situação também se mostra bastante complexa. Ninguém discorda da importância da auto-suficiência da unidade de produção em alimentação animal, nem de que esses alimentos devam ser obtidos através do processo de produção orgânica, mas vale lembrar que existem inúmeras dificuldades para essa autonomia (inadequações de algumas regiões para a produção de certos constituintes da ração e falta de área em pequenas unidades).

Mesmo a permissão de emprego de alimentos orgânicos oriundos de outras propriedades encontra sérias limitações, já que, praticamente, não existe disponibilidade de alimentos orgânicos para alimentação animal no mercado. A soja orgânica, principalmente, tem sido exportada, e o criador brasileiro dificilmente conseguiria adquiri-la a preços razoáveis. Por isso, observa-se que existe uma flexibilização na utilização de alimentos não orgânicos de até 50% da matéria seca (quadro 1); o que, certamente, compromete a qualidade do produto final.

Atualmente, com a ameaça da liberação de produtos transgênicos, os agricultores poderão encontrar dificuldade de adquirir, até mesmo, alimentos convencionais ou sementes livres de “ogm” (organismos geneticamente modificados). Como nos mostra o quadro 1, na produção orgânica, alimentos contendo os “ogm” são expressamente proibidos.

⁹ É muito comum verificarmos em manejos ditos ecológicos, um pasto onde coexistam áreas com o solo completamente nu e áreas com a vegetação alta e fibrosa, desprezada pelas aves. Qualquer que seja o ponto de vista da análise, sob a perspectiva do solo ou da galinha, ambos são desfavorecidos, mesmo que a proporção de aves/área esteja de acordo com a recomendação.

Além disso, a limitação a uma dieta exclusivamente vegetal, como está explícito em Brasil (1999b) não é razoável. Certamente, não se defende que ingredientes industrializados provenientes de frigoríficos que processam carne e derivados sejam incorporados à alimentação dos animais, principalmente, numa criação orgânica. O que temos acompanhado em relação a BSE (doença da “vaca louca”) nos prova isso.¹⁰ No entanto, restringir a utilização de alimentos tais como subprodutos do leite, minhocas e insetos que o sistema possua ou venha a produzir, é ignorar não apenas o comportamento alimentar das aves, considerando-as como herbívoros, mas toda a complexidade ecológica desejável e alcançável nestes sistemas¹¹.

Outro aspecto a salientar está ligado à sanidade. A tolerância para com a utilização de antibióticos, dobrando ou triplicando o período de carência, no lugar de excluir os produtos das aves tratadas da comercialização como “orgânico”, abre precedente para a perda da confiabilidade do consumidor na legislação e para argumentos desfavoráveis de produtores convencionais concorrentes. A presença de resíduos nos ovos (Darolt, 2001) e a eliminação no ambiente dos antibióticos presentes nas fezes, são algumas das consequências indesejáveis desse procedimento.

Além disso, esse precedente reforça a consolidação de um conceito de sanidade animal que deve ser substituído por medidas ecológicas e “atitudes positivas” nas criações orgânicas. Tal conceito lança mão de medidas reducionistas, de combate e destruição (*anti* - biótico, *anti* - parasitários, *piolhi - cida*, *fungi - cida*, *des - infecção*, *etc*) para devolver a “saúde” ao animal. Já a sanidade na agroecologia baseia-se na melhoria da vida em todas as instâncias e na relação de harmonia entre o animal e os outros elementos do sistema (convivência com bactérias e parasitas, por exemplo), na ação saneadora do calor e luz solar e na alimentação rica e variada como condição para a verdadeira saúde.

¹⁰ De fato, estas medidas, precisam ser entendidas como uma reação ao sentimento do consumidor com relação a esta doença. O estabelecimento da associação entre a BSE dos animais e a nvCJD - uma doença em humanos equivalente a BSE (Tarrant, 1998, S5) - deixa o consumidor desconfiado, não apenas da farinha de carne, mas de qualquer ingrediente de origem animal.

¹¹ Salatin (1993) comenta que, naturalmente, as galinhas comem grandes quantidades de proteína animal, presentes em carcaças, insetos, minhocas, e destaca o hábito das aves seguirem os ruminantes na natureza. Segundo o autor, o seu sistema de instalações móveis proporciona cerca de três quilos de proteína animal por dia para cada cem aves.

Em relação às raças, verificamos a recomendação de criação de aves ecologicamente adaptadas, resistentes e com boa capacidade de conversão alimentar. Com isso, a utilização de animais rústicos e mestiços, em detrimento das linhagens comerciais, parece óbvia e tem sido feita na prática. No entanto, a diferença na produção de ovos é marcante entre elas. Desta forma, principalmente no início das atividades de criação ecológica, quando a propriedade está numa fase de transição, pouco diversificada e ainda dependente de insumos externos, a produtividade em ovos poderá constituir o diferencial para o prosseguimento da atividade pelos agricultores.

Além disso, particularmente no caso das aves, muitas linhagens comerciais de postura, apontadas como impróprias para criação a pasto, até mesmo por parte dos comerciantes destas marcas, têm se mostrado adaptadas e produtivas em sistemas de criação ao ar livre¹².

Se continuarmos a discutir o restante do quadro, perceberemos as dificuldades para sua observação ou os equívocos na recomendação. Mas, os aspectos analisados já nos permitem observar que, apesar de haver muito pouca discordância entre as diversas origens, as normas ainda são um tanto genéricas e vagas. Elas são coerentes dentro de uma visão mais estreita de agricultura orgânica e deixam dúvidas sobre qual padrão tecnológico queremos realmente fortalecer: uma agricultura convencional que substitua insumos agroquímicos por biológicos (industrialização da agricultura orgânica?) e para atender interesses imediatos do mercado ou uma agricultura orgânica e sustentável para todos? A seguir, as experiências de agricultores na implantação da agroindústria do ovo orgânico, em Santa Rosa de Lima, nos ajudarão a refletir sobre isso.

2 - Como os agricultores percebem e aplicam as normas na sua prática

Quando em nossa proposta de comunicação decidimos realizar esta análise a partir do caso dos agricultores de Santa Rosa de Lima, o fizemos por dois motivos

¹² O experimento com a linhagem Isa Brown, realizado por Guelber Sales (2001, p. 54-62), onde as galinhas permaneceram por cerca de um ano sob manejo intensivo a pasto, é um exemplo desta adaptação. A expressão de um comportamento normal, os razoáveis índices de produtividade apresentados e a saúde do plantel, conquistada sem uso de medicamentos nesse período, recomendam a linhagem para emprego em sistemas orgânicos.

principais: em primeiro lugar, por se tratar de um grupo de **agricultores** envolvidos com a implantação de uma agroindústria de pequeno porte para produção e beneficiamento de ovos em sistema orgânico, talvez um exemplo único em nosso meio. Segundo, por tratar-se de agricultores **familiares** em via de exclusão, e, portanto, bastante exemplar da situação da maioria dos agricultores familiares no Brasil. Assim, será necessário aprofundarmos um pouco na caracterização desse grupo e do seu projeto.

2.1- Quem são os agricultores da Agroindústria de Ovos

Santa Rosa de Lima tem sido palco de uma série de transformações, principalmente nas unidades de agricultura familiar que aderiram à proposta agroecológica da AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral). Com a apresentação de um projeto para a implantação de Agroindústrias Modulares em Rede (AGRECO, 1999) para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), muitas famílias foram motivadas a se filiar à AGRECO e a se organizar em condomínios responsáveis pelas diversas agroindústrias.

O grupo envolvido com a agroindústria de ovos era constituído por quatro famílias de agricultores recém-ingressas na AGRECO, compostas por quatro irmãos (dois homens e duas mulheres), seus respectivos cônjuges e filhos. Os agricultores possuíam entre 25 e 40 anos, e o número de filhos variava de um a cinco. A maioria dos adultos apresentava baixa escolaridade, sobretudo as mulheres. Porém, neste aspecto, o grupo era heterogêneo, pois um casal possuía formação universitária e exercia forte influência sobre os demais. Além disso, o agricultor mais jovem tinha concluído o ensino médio em agropecuária e suspeitava de inovações “alternativas” ao modelo atual.

Para a implantação do projeto o grupo enfrentava sérias limitações. Pequenos proprietários, cuja média das propriedades está em torno de 25 hectares, encontraram na pluriatividade uma alternativa para não emigrar. A fabricação de carvão e o cultivo de fumo também ajudavam a compor a renda familiar até a entrada para a AGRECO.

Contudo, ao se tornarem sócios, estas atividades foram abandonadas e a participação do trabalho não agrícola na composição da renda passou a ser maior. Isso acentuou o abandono da atividade agrícola, deixando-os despreparados financeiramente e também em provisões de alimentos para o estabelecimento da criação de galinhas, que deveria anteceder a implantação da agroindústria.

A falta de experiência na nova atividade constituía uma grande limitação do grupo, que há muito não criava galinhas, mesmo para a subsistência. A mão-de-obra também era escassa, já que a contribuição dos filhos (entre 1 e 14 anos) no trabalho agrícola era parcial ou nula. Além disso, esse afastamento das atividades agrícolas conduziu-os a um certo distanciamento dos demais agricultores, trazendo dificuldades na articulação de parceiros para o abastecimento da agroindústria e também na relação com a AGRECO.

Apesar das dificuldades e de viverem uma situação bastante precária, os agricultores ainda conservavam sua identidade social e o ideal de vencer da agricultura. A atividade com galinhas era definida como "um sonho" pelas mulheres.

2.2 - O projeto da Agroindústria

De um lado, um quadro de precariedades, de outro, um projeto ambicioso. O projeto da agroindústria possuía exigências de estrutura, tamanho e capacidade operacional muito próximas às de uma agroindústria convencional, consideradas necessárias para garantir o êxito no empreendimento e o conseqüente pagamento do financiamento. Desconsideravam-se as especificidades da agroecologia em relação à agricultura moderna e as particularidades da agricultura familiar, imprimindo à produção agroecológica de pequeno porte as mesmas exigências para os produtos da avicultura industrial.

Com isso, foi prevista a criação de cerca de seis mil galinhas, o que representaria um número de mil e quinhentas cabeças de aves por família. Dessa forma, foi reproduzida nos sistemas de produção a mesma escala exigida no dimensionamento da agroindústria. Considerando o elevado número inicial de aves¹³, e a topografia bastante acidentada das propriedades, havia pequena disponibilidade de áreas planas para abrigar a criação e as lavouras para o sustento dela.

Se recordarmos as normas examinadas anteriormente e as limitações enfrentadas, compreenderemos as dificuldades destes agricultores em seguir essas recomendações na sua prática.

¹³ Por ocasião da compra de pintos, decidiu-se pela aquisição inicial de dois mil, os quais ficaram concentrados em apenas duas propriedades, isto é, mil aves por propriedade, em instalações, a princípio, programadas para receber quinhentas.

Fora todas as limitações mencionadas, fatores sócio-culturais faziam com que houvesse também uma diferença entre a percepção das normas e a sua aplicação. A contradição entre ser agricultor ecológico e ainda ter que se apoiar em práticas agressivas ao ambiente, como a fabricação de carvão, era um deles. Além disso, a percepção também se distanciava do verdadeiro conteúdo das normas, já que não havia a compreensão de que a mudança fundamental estava no processo.

É importante ressaltar que a tendência em vincular a agricultura com a adoção de um pacote tecnológico certamente é influenciada pelo padrão tecnológico predominante (sobretudo, no caso de ex-fumicultores), pela experiência na integração e pelos mecanismos de financiamento de projetos agrícolas.

Assim, mesmo conhecendo as normas, se inspiravam muito mais nos exemplos e galpões da avicultura industrial ao idealizar a criação e construir as instalações, que nos princípios e medidas ecológicos discutidos durante as oficinas de trabalho. Ou seja, não adiantavam regras se os princípios ainda não estavam bem consolidados.

2.3 - A difícil transição

Embora a intenção de produzir dentro de princípios ecológicos fosse assumida pelo grupo, a prática mostrou o quanto era difícil desprender-se de hábitos antigos e incorporar conceitos e atitudes novos. Tratava-se um embate entre princípios, normas e o exeqüível dentro das condições já comentadas.

Podemos verificar essas dificuldades, quando tomamos como exemplo a recomendação de auto-suficiência das unidades na alimentação animal. As condições em que esses sistemas estão sendo arranjados para se tornarem verdadeiramente agroecológicos (ou, pelo menos, se aproximar disso) não permitem que essa recomendação seja praticada.¹⁴

¹⁴ Tudo começa pelas incompatibilidades de um sistema agroecológico com as “quase-imposições” externas – ou as auto-imposições – de uma produção em larga escala. Não que a criação em larga escala, em si, seja incompatível com a produção ecológica. Mas ela só poderia existir numa condição de abundância de área, que permitisse a integração animal - vegetal de forma equilibrada, de modo que a criação de galinhas continuasse como atividade e não como sinônimo da unidade. Isso parece razoável em projetos coletivos de assentamentos rurais ou, quando muito, como resultado de anos de aperfeiçoamento e enriquecimento do sistema, em pequenas propriedades. Considerando a restrição de área de cultivo nestas propriedades e o perigo dos transgênicos, é necessário pensar em uma estratégia que permita que grande parte da produção de alimentos para os animais seja tarefa de outras propriedades da própria região. Uma organização do tipo “rede” serviria, então, para viabilizar uma maior escala na produção de galinhas em uma parte das propriedades.

Assim, o condomínio viabilizou apenas uma pequena parte dos componentes da ração durante essa fase. Isso resultou na oferta de uma dieta pouco diversificada, baseada quase que exclusivamente em milho, soja e minerais. Tratava-se de uma alimentação muito próxima - ou mesmo aquém - da dieta convencional, que concorreu para o aparecimento de uma série de problemas de saúde (Guellber Sales, 2001, p. 91) e o encarecimento do custo de produção.

Outro exemplo relaciona-se com a recomendação de um manejo dentro de princípios da etologia. A expressão de um comportamento natural só é alcançada quando todos os fatores (regime de criação, alimentação, instalação, etc) a possibilitam. Como esses fatores, nos sistemas implantados, apresentassem graves falhas (Guelber Sales, 2001, p. 89-93), as aves tiveram o seu bem-estar comprometido. Desconforto térmico, canibalismo, falta de espaço nas instalações e pasto, dentre outras, foram causas de estresse e mortalidade. Além disso, percebia-se que esses problemas não mobilizavam os agricultores na busca de soluções, o que aparentemente, denotava uma despreocupação com o bem-estar e o tratamento humanitário dos animais¹⁵.

A despeito dessas questões técnicas, podemos considerar que a maior dificuldade neste processo de transição foi mobilizar o saber local acumulado, empregando-o na realização de atividades produtivas que se revertissem em medidas ecológicas para a criação de galinhas. Esse conhecimento deveria ser objeto de análise e de crítica pelo grupo, confrontando-o com o saber técnico e submetendo-o à sua realidade e à sua proposta de ação. Ou seja, um processo de construção coletiva.

Neste aspecto, é necessário compreender o que representa para esses agricultores essa mudança na condição de integrados das fumageiras ou de homens submetidos a um patrão, para a situação de donos do capital e de responsáveis pela direção do processo produtivo. Se a autonomia pressupõe a utilização do saber próprio na decisão pelos rumos do seu empreendimento, torna-se difícil conciliar os dois

¹⁵ Segundo Kilgour e Dalton (1984), a motivação para a melhoria do bem-estar dos animais de produção aumenta em resposta à informação e preocupação dos criadores. Eles acreditam que a legislação fará muito pouco para mudar o comportamento humano ou afetar suas motivações, mas os códigos de prática são guias muito mais úteis para sugerir aos criadores caminhos para melhorar o bem-estar.

saberes, já que o conhecimento técnico é do domínio do outro, portanto, uma ameaça a sua condição de autônomos e de libertos¹⁶.

Além disso, as transformações que o modo de produção capitalista produziu na vida local não se apagam repentina e definitivamente por alguns meses de convivência periódica com uma proposta que o quer substituir por medidas ecológicas e democráticas. Desta forma, é preciso ter em conta que participação, confiança mútua, maturidade e reciprocidade, qualidades necessárias num processo de construção coletiva, demandam tempo e paciência.

A transição deve ser entendida, portanto, mais como o tempo necessário (não exatamente cronológico) para que o agricultor assimile essa nova realidade e possa filtrar em seus conhecimentos as bases para a agroecologia, do que como o tempo para a adequação e substituição de técnicas propriamente ditas.

3 - A certificação da produção com a inserção dos agricultores familiares

Quando examinamos as normas de produção orgânica e recordamos as dificuldades para cumpri-las, perguntamo-nos se a proteção (ou obrigatoriedade) de um dispositivo institucional de fato contribuirá para a inserção dos agricultores familiares no mercado orgânico ou será uma outra forma de exclusão? (Byé & Schmidt, 2001).

Os argumentos dos dois lados (os que contestam e os que apóiam a certificação) são verdadeiros e importantes. As duas vias oferecem perigos e promessas. Entre os interessados na criação orgânica, há um grupo de agricultores familiares que vem recebendo uma formação ideológica transformadora com base na agroecologia, para os quais a certificação poderia ser desnecessária ou até prejudicial, pois abriria um mercado até então privado, geralmente de circuito direto, para concorrentes não tão leais e convictos. No entanto, essa formação recebida origina de um tipo de extensão diferente, geralmente realizado pelas ONG e, numericamente, de pequeno alcance. Encontramos também os que possuem meios de produção (agricultores patronais, empresários), e que poderiam ter acesso à informação, vindo a ocupar, com seus produtos, lugar que originalmente seria daqueles agricultores.

¹⁶ Para essa reflexão, apoiamo-nos nas contribuições de Woortmann (1990) sobre a “campesinidade” e ela poderá ser aprofundada em Guelber Sales (2001, p. 99-104).

Contudo, ambos são minorias dentro de um universo maior, que abriga uma massa de agricultores familiares, carente de formação e de meios de produção, para os quais a opção pela agricultura orgânica pode ser a última porta pela qual se viabilizariam. Para esses agricultores, a relação com a natureza tem sido, muitas vezes, um obstáculo a vencer na reprodução do seu patrimônio sócio-cultural, e mudar essa relação é o grande desafio. Nesta categoria se encontram os agricultores da agroindústria de ovos orgânicos de Santa Rosa de Lima.

Assim, não basta escolher uma das vias. A via da certificação certamente poderá incluí-los, se pensarmos que nos dias atuais a comercialização de produtos orgânicos em circuitos longos é uma realidade e somente ela, no momento - até que sejam estimuladas e criadas estruturas alternativas de comercialização, baseadas na aproximação entre agricultores e consumidores (Guelber Sales, 2001, p. 115) - daria conta de absorver um volume maior de produção. Por outro lado, esse pode ser também um fator de exclusão, se vier desacompanhado de políticas públicas capazes de colocar em condições de igualdade os agricultores familiares na concorrência pelo mercado.

A primeira condição seria a revisão das normas, ampliando o debate com a participação de novos atores, num processo de reconstrução das mesmas. É fundamental a reformulação das normas de produção animal orgânica, baseada em resultados de pesquisas em sistemas orgânicos de criação animal e em experiências “locais”. É preciso não repetir os erros da agricultura convencional, moderna, assimilando tecnologias produzidas e testadas em condições geoclimáticas, sócio-econômicas e culturais diversas daquelas encontradas em nosso país.

Outra medida essencial é a formulação de políticas de fomento e crédito suficientes e adequadas à agricultura familiar e às especificidades dos sistemas agroecológicos. Além disso, é indispensável a formação de agricultores e técnicos, com base nos princípios da agroecologia, capacitando-os também para o planejamento e gestão de sistemas orgânicos. Uma assistência técnica diferenciada e qualificada torna-se imprescindível na implantação de sistemas orgânicos.

Somente com a adoção de medidas mais abrangentes, se garantirá a qualidade ótima e o preço justo ao consumidor e a inclusão dos agricultores familiares neste

mercado. É importante ressaltar que os agricultores familiares teriam as condições intrínsecas para se sair melhor na produção orgânica. A complexidade de um sistema orgânico só pode ser compreendida e favorecida por aqueles que vivem e trabalham em interação com o ambiente. A agricultura patronal dificilmente reunirá as condições para tal e se disporia a essa "iniciação", enquanto que os agricultores familiares só precisam de oportunidades.

Considerando que a agricultura orgânica não é um fim, mas uma via para a "resistência e permanência" da agricultura familiar (Schmidt, 2001), o caminho da certificação no momento não pode ser ignorado.

No entanto, a via alternativa não deve ser abandonada, mas fortalecida, com instrumentos que promovam a participação destes atores em todas as instâncias, tornando-os sujeitos deste processo. Assim, sugere-se o monitoramento dos impactos ambientais e do bem-estar dos animais, através da formação e capacitação dos conselhos de ética das associações e de processos de avaliação participativa.

A busca por sistemas de certificação participativa ¹⁷ pode se constituir numa importante via intermediária, principalmente com o crescimento e a valorização de formas alternativas de comercialização.

4 - Conclusão

Ao concluir o raciocínio que conduziu a discussão sobre a normatização/certificação da produção orgânica, consideramos fundamental que a regulamentação de normas se paute cada vez mais em princípios conhecidos e discutidos entre todos os atores envolvidos. A partir disso, a certificação é um mecanismo necessário e deve ser tratada com seriedade, principalmente como forma de proteger esses interesses. É importante recordar que o comportamento oportunista e os atalhos são tentadores. A cobertura de um selo orgânico, desacompanhada do ônus de transformar a si (refere-se a uma ecologia interna) e o seu modo de relacionar com as pessoas e com a natureza, parecem mais vantajosos. Se considerarmos que

¹⁷ A esse respeito consultar Del Pino (1997). É preciso esclarecer que esta forma de certificação não é aceita em cadeias longas e de grande distribuição, funcionando mais como um atestado de idoneidade do agricultor pelos seus iguais, em formas de venda direta.

princípios podem ser construídos, é preciso que este conteúdo seja incorporado na formação dos agricultores.

É preciso ressaltar que isto se torna mais fácil quando a compreensão de agroecologia envolve a preocupação com o desenvolvimento local sustentável e solidário. Desta forma, todas as ações se somam numa só direção.

5- Referências bibliográficas

AGRECO. **Projeto intermunicipal de agroindústrias modulares em rede:** agroindustrialização e comercialização da agricultura familiar. Santa Rosa de Lima, fev. 1999. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA - AAO. **Normas técnicas para a produção de ovos.** São Paulo: AAO, 1991. 3p. Mimeografado.

_____. **Manual de certificação.** Normas de Produção. Regulamentos. 2ª versão. São Paulo: AAO, 2000. 20 p. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 99. Dispõe sobre normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 maio 1999. Seção I, p. 11-14.1999a.

_____. Registro do produto “ovos caipira” ou “ovos tipo ou estilo caipira” ou “ovos colonial” ou “ovos tipo ou estilo colonial”. **Ofício Circular DOI/DIPOA** nº 008/99. Brasília, (DF), 19 maio 1999. 1999b.

BYÉ, Pascal; SCHMIDT, Wilson. Agricultura familiar no Sul do Brasil; de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? In: Congress of the European Society for Rural Sociology, 19., 2001, Dijon, França. **Anais...** (Tradução).

CLAES. Agropecuaria y Ambiente MERCOSUR, **Boletín** 38 Febrero / Marzo 2002.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA - CEE. Regulamento (CE) nº 1804 do Conselho, de 19 de julho de 1999. Completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) nº 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos gêneros alimentícios. **Jornal Oficial das Comunidades Européias**, Bruxelas, 24 ago.1999. p. L 222/1 – L.222/28.

DAROLT, Moacir Roberto. **A qualidade nutricional do alimento orgânico é superior ao convencional?** Curitiba: IAPAR, 2001. Mimeografado.

DEL PINO, Mariana. Certificação: como encontrar uma alternativa localmente apropriada? **Atualização em Agroecologia**, Rio de Janeiro: AS-PTA, n. 31-32, p. 23 – 25, 1997.

FUKUOKA, Masanobu. **Agricultura Natural:** teoria e prática da filosofia verde. São Paulo: Nobel, 1995. 300 p.

GUELBER SALES, Marcia Neves. **Construção participativa de um referencial sócio-técnico para a criação agroecológica de galinhas (*Gallus domesticus*).** 2001 126f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KILGOUR, Ronald; DALTON, Clive. **Livestock behaviour a practical guide**. London: Granada Publishing, 1984. 320 p.

LEE, Andy; FOREMAN, Patricia. **Chicken tractor: the permaculture guide to happy hens and healthy soil**. Seventh Edition. Good Earth Publications, 1999. 318 p.

MOLLISON, Bill & SLAY, Reny Mia. **Introdução a Permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. 204 p.

MAURER, Veronika; HIRT, Helen. Laying hen husbandry: challenges in practice and research. **Ecology and Farming -IFOAM**, p. 23-24, May 1999.

SALATIN, Joel. **Pastured Poultry Profits**. Swoope: Polyface, 1993. 330p.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica; entre a ética e o mercado? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, pp. 62-73, jan-mar 2001.

TARRANT, P.V. Some recent advances and future priorities in research for the meat industry. **Meat Science**, v. 49, n. 1, s. I – 16, 1998. Supplement.

VOISIN, André. **Produtividade do pasto**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 512p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Tempo Brasileiro/Eunb, p. 11-73, 1990.